

PARECER HOMOLOGADO
Portaria nº 930, publicada no D.O.U. de 19/9/2024, Seção 1, Pág. 41.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Sandra Sousa de Jesus Rezende – ME		UF: GO
ASSUNTO: Credenciamento da Faculdade Juris (FACJURIS), com sede no município de Goiânia, no estado de Goiás, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.		
RELATOR: Paulo Fossatti		
e-MEC Nº: 201927576		
PARECER CNE/CES Nº: 294/2023	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/4/2023

I – RELATÓRIO

Das Informações Preliminares

Trata-se de pedido de credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Juris (FACJURIS), com sede no município de Goiânia, no estado de Goiás, código e-MEC nº 20556, protocolado no sistema e-MEC sob o nº 201927576, em 6 de novembro de 2019, juntamente com o pedido de autorização para o funcionamento de 4 (quatro) cursos superiores vinculados, a saber: Administração, bacharelado (código e-MEC nº 1498581, processo e-MEC nº 201927580); Direito, bacharelado (código e-MEC nº 1498584, processo e-MEC nº 201927582), Pedagogia, licenciatura (código e-MEC nº 1498585, processo e-MEC nº 201927583) e Segurança Pública, tecnológico (código e-MEC nº 1498587, processo e-MEC nº 201927584).

Do Histórico do Processo

O processo foi submetido à análise processual inicial, conforme fluxo estabelecido pela Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada no Diário Oficial da União (DOU), em 3 de setembro de 2018. Finalizadas as análises técnicas dos documentos apresentados pela instituição, em 22 de julho de 2020, a fase do Despacho Saneador foi concluída com resultado **parcialmente satisfatório**.

Concluída a fase do Despacho Saneador, deu-se início à fase de avaliação *in loco* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e na Portaria Normativa MEC nº 23/2017.

A avaliação seguiu os procedimentos previstos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Credenciamento, presencial e a distância, publicado em outubro de 2017.

A avaliação *in loco*, de código e-MEC nº 161781, realizada nos dias 19 a 21 de julho de 2021, resultou nos conceitos descritos na tabela abaixo:

Quadro 1: Conceitos Final e dos Eixos do Relatório de Avaliação	
Eixo/Conceito Final	Conceito
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	4,67
Eixo 2: Desenvolvimento institucional	4,00

Eixo 3: Políticas acadêmicas	4,00
Eixo 4: Políticas de gestão	3,89
Eixo 5: Infraestrutura	4,14
Conceito Final Faixa	4

A Instituição de Ensino Superior (IES) atendeu a todos os requisitos legais e o Parecer do Inep não foi impugnado pela IES, e nem pela Secretaria.

Da análise dos autos, conclui-se que a FACJURIS, possui condições muito boas de infraestrutura, de organização acadêmica e de organização administrativa. O Relatório de Visita produziu um Conceito Institucional (CI) 4 (quatro).

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), em fase de Parecer Final, manifesta-se pelo deferimento do pedido de credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD) da FACJURIS, com sede na Rua T 28, S/N, bairro Setor Bueno, no município de Goiânia, no estado de Goiás, código e-MEC nº 20556, protocolado no sistema e-MEC sob o nº 201927576, considerando que a IES atendeu plenamente aos requisitos constantes nos artigos 3º e 5º, da Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada no DOU, em 3 de setembro de 2018, a saber:

Portaria Normativa nº 20/2017	Requisito	Resultado da Análise
CONCEITOS		
Art. 3º, I	Conceito Institucional igual ou maior que três;	Atendimento do quesito. Obteve conceito final maior que 3, conforme apresentado no quadro 1, do título 3, do presente parecer.
Art. 3º, II e parágrafo único	Conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o Conceito Institucional.	Atendimento do quesito. Obteve conceitos maiores do que 3 nos cinco eixos, conforme apresentado no quadro 1, do título 3, do presente parecer.
DOCUMENTAÇÃO		
Art. 3º, III	Plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes; ou alvará de funcionamento válido à época do carregamento no sistema e-MEC (regra válida para documentos anexados a partir de 1º/01/2019)	Documentação inserida no presente processo.
Art. 3º, IV	Atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; ou alvará de funcionamento válido à época do carregamento no sistema e-MEC (regra válida para documentos anexados a partir de 1º/01/2019)	Documentação inserida no presente processo
Art. 3º, V	Certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	Documentação inserida no presente processo.
INDICADORES		
Art. 5º, I	Conceito igual ou maior que três no Indicador 2.6: PDI, Política	Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação

	Institucional para a Modalidade EaD	
Art. 5º, VII	Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.7: Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas - Infraestrutura Física	Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação
Art. 5º, II	Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.13: Estrutura de Polos EaD;	Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação
Art. 5º, III	Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.14: Infraestrutura Tecnológica;	Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação
Art. 5º, IV	Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.15: Infraestrutura de Execução e Suporte;	Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação
Art. 5º, V	Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.17: Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação;	Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação
Art. 5º, VI	Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.18: Ambiente Virtual de Aprendizagem.	Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação

Ainda, a SERES manifesta-se pelo deferimento do pedido de autorização dos cursos vinculados, a saber: Administração, bacharelado; Pedagogia, licenciatura; e Segurança Pública, tecnológico, pleiteados quando da solicitação de credenciamento EaD, pois estão em conformidade com o disposto no artigo 13 da Portaria Normativa nº 20/2017.

Ressaltamos que a autorização do curso de Direito EaD, licenciatura, está sobrestada conforme artigo 12 da Portaria MEC nº 398, de 8 de março de 2023, publicada no DOU em 9 de março de 2023.

Considerações do Relator

A Portaria Normativa MEC nº 20/2017, estabeleceu os procedimentos e o padrão decisório aplicados aos processos regulatórios das IES do sistema federal de ensino.

Os artigos 3º e 5º da Portaria Normativa supracitada estabelecem os critérios utilizados pela SERES para analisar e decidir os processos de credenciamento EaD na fase do Parecer Final, *in verbis*:

[...]

Art. 3º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

I - CI igual ou maior que três;

II - Conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI;

III - plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes;

IV - Atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e

V - Certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em um eixo, desde que os demais eixos e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.

(...)

Art. 5º O pedido de credenciamento EaD será indeferido, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria Normativa, caso os seguintes indicadores obtiverem conceito insatisfatório igual ou menor que dois:

I - PDI, política institucional para a modalidade EaD;

II - Estrutura de polos EaD, quando for o caso;

III - Infraestrutura tecnológica;

IV - Infraestrutura de execução e suporte;

V - Recursos de tecnologias de informação e comunicação;

VI - Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA; e

VII - Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, quando for o caso.

Parágrafo único. A SERES poderá indeferir o pedido de credenciamento caso o relatório de avaliação evidencie o descumprimento dos percentuais mínimos de titulação do corpo docente definidos para cada organização acadêmica.

Considerando o histórico do processo, a análise dos autos e o atendimento, por parte da IES, dos requisitos legais necessários para o credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade de EaD constantes nos artigos 3º e 5º, da Portaria Normativa MEC nº 20/2017, torna-se claro o deferimento do processo de credenciamento EaD da FACJURIS.

Considerando, ainda, a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, publicada no DOU, em 4 de janeiro de 2017, que estabelece os prazos dos atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das IES, o prazo de validade do Ato de Credenciamento para a Instituição em epígrafe será de 4 (quatro) anos, de acordo com Conceito Institucional da IES obtido no presente processo.

Em relação à autorização dos cursos vinculados, o padrão decisório da fase de Parecer Final leva em consideração o artigo 13, da Portaria Normativa nº 20/2017, para cursos em EaD, e constata-se que o pedido atendeu, no âmbito sistêmico e global, suficientemente aos requisitos legais e normativos, obtendo médias satisfatórias nos Indicadores avaliados para os cursos de Administração, bacharelado, Pedagogia, licenciatura e Segurança Pública, tecnológico.

O processo de autorização do curso de Direito EaD está sobrestado conforme artigo 12, da Portaria MEC nº 398/2023, devendo assim permanecer até o vencimento da portaria.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Juris (FACJURIS), com sede na Rua T 28, S/N, bairro Setor Bueno, no município de Goiânia, no estado de Goiás, mantida pela Sandra Sousa de Jesus Rezende – ME, com sede no mesmo município e estado, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos superiores de

Administração, bacharelado, Pedagogia, licenciatura, e Segurança Pública, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

Brasília (DF), 12 de abril de 2023.

Conselheiro Paulo Fossatti – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 12 de abril de 2023.

Conselheiro Alysson Massote Carvalho – Presidente

Conselheiro Aristides Cimadon – Vice-Presidente